

Anexo II

Tabela de Indicadores de Políticas Públicas

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
ANPD	Política de Proteção de Dados Pessoais	Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais	8 publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais até 2027 2024: 2 2025: 4 2026: 6 2027: 8	Mensurar a quantidade de publicações dos itens previstos na Agenda Regulatória da Autoridade Nacional de Proteção de Dados que são publicados e, dessa forma, dão corpo à política pública de proteção de dados pessoais.
ANPD	Política de Proteção de Dados Pessoais	Ações de difusão da cultura de proteção de dados pessoais	40 ações de difusão até 2027 2024: 10 2025: 20 2026: 30 2027: 40	Aferir o esforço empreendido para as ações de difusão da cultura de proteção de dados pessoais, o que contribui para o conhecimento de direitos e deveres relativos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.
CADE	Política de Defesa da Concorrência	Tempo médio de Ato de Concentração Sumário	27 dias até 2027 2024: 30 2025: 29 2026: 28 2027: 27	Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica no controle de concentrações econômicas, com foco nos processos com menor potencial ofensivo à concorrência, que podem ser instruídos por meio de rito sumário, conforme critérios estipulados.
CADE	Política de Defesa da Concorrência	Inscrições realizadas em cursos que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica figura como conteudista	23.000 inscrições em cursos realizadas até 2027 2024: 5.000 2025: 5.500 2026: 6.000 2027: 6.500	Fortalecer a cultura da concorrência no Brasil.
CADE	Política de Defesa da Concorrência	Percentual de processos de Atos de Concentração decididos	98% de processos de Atos de Concentração decididos até 2027 2024: 95% 2025: 96% 2026: 97% 2027: 98%	Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade com relação ao controle de concentrações econômicas.
CADE	Política de Defesa da Concorrência	Tempo médio de processos de conduta concluídos	2,3 dias até 2027 2024: 2,5 2025: 2,4 2026: 2,3 2027: 2,2	Mensurar a ampliação da eficiência no combate a cartéis e abuso da posição dominante.
PF	Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal	Percentual de orçamento executado pelo órgão central e superintendências regionais	99% do orçamento executado até 2027 2024: 99% 2025: 99% 2026: 99% 2027: 99%	Medir a eficácia com que o orçamento é executado pela Polícia Federal.
PF	Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal	Tempo médio de duração dos pregões eletrônicos (fase externa)	80 dias até 2027 2024: 80 2025: 80 2026: 80 2027: 80	Medir a eficiência com que as contratações são realizadas na Polícia Federal.
PF	Política de Polícia Administrativa	Disponibilidade imediata para agendamento eletrônico ao cidadão requerente de passaporte	5 dias úteis até 2027 2024: 5,6 2025: 5,4 2026: 5,2 2027: 5	Avaliar a eficiência e a agilidade do processo de agendamento eletrônico para atendimento ao cidadão requerente de passaporte.
PF	Política de Polícia Administrativa	Percentual de empresas de produtos químicos fiscalizadas	20% das empresas de produtos químicos fiscalizadas até 2027 2024: 19,25% 2025: 19,50% 2026: 19,75% 2027: 20%	Avaliar a eficácia e a abrangência das ações de fiscalização realizadas pela Polícia Federal em relação ao cumprimento das normas e regulamentações relacionadas à segurança, controle e comércio de substâncias químicas no país.

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
PF	Política de Polícia Administrativa	Percentual de empresas de segurança privada especializadas vistoriadas	95% das empresas de segurança privada especializadas vistoriadas até 2027 2024: 95% 2025: 95% 2026: 95% 2027: 95%	Avaliar a eficácia e a abrangência das ações de fiscalização e controle exercidas pela Polícia Federal sobre as empresas de segurança privada no país.
PF	Política de Polícia Administrativa	Tempo médio de análise dos requerimentos de porte de arma de fogo	41,25 dias até 2027 2024: 42,00 2025: 41,75 2026: 41,50 2027: 41,25	Avaliar a eficiência e a agilidade do processo de análise e decisão da Polícia Federal em relação aos requerimentos de porte de arma de fogo.
PF	Política de Polícia Judiciária	Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira	26.680 km² de área desmatada na Amazônia Legal Brasileira até 2027 2024: 9.280 2025: 7.540 2026: 5.800 2027: 4.060	Mensurar o esforço de atuação da Polícia Federal na diminuição da área desmatada na Amazônia Legal Brasileira.
PF	Política de Polícia Judiciária	Cocaína apreendida em operações de polícia judiciária	379.587,41 kg de cocaína apreendida em operações de polícia judiciária até 2027 2024: 93.999,67 2025: 188.469,33 2026: 283.600,28 2027: 379.587,41	Privar as organizações criminosas de seus recursos financeiros, reduzindo sua capacidade de operação, e impactando negativamente as suas atividades criminosas.
PF	Política de Polícia Judiciária	Índice de solução de inquéritos	83,75% de solução de inquéritos até 2027 2024: 83,00% 2025: 83,25% 2026: 83,50% 2027: 83,75%	Mensurar a eficiência das investigações conduzidas por meio de inquéritos policiais.
PF	Política de Polícia Judiciária	Matrículas em capacitação de servidores e convidados em polícia judiciária	52.000 matrículas em capacitação de servidores e convidados em polícia judiciária até 2027 2024: 13.000 2025: 26.000 2026: 39.000 2027: 52.000	Proporcionar treinamento e qualificação especializada, com o objetivo de fortalecer seus conhecimentos, habilidades e atitudes, voltados para as atividades de polícia judiciária.
PF	Política de Polícia Judiciária	Matrículas em capacitações voltadas a investigações de crimes cibernéticos	2.100 matrículas em capacitações voltadas a investigações de crimes cibernéticos até 2027 2024: 450 2025: 950 2026: 1.500 2027: 2.100	Capacitar servidores da Polícia Federal em investigações de crimes cibernéticos para fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes cibernéticos.
PF	Política de Polícia Judiciária	Matrículas em capacitações voltadas a investigações de crimes patrimoniais	10.832 matrículas em capacitações voltadas a investigações de crimes patrimoniais até 2027 2024: 2.558 2025: 5.216 2026: 7.974 2027: 10.832	Capacitar servidores da Polícia Federal em investigações com foco patrimonial para apreensão e recuperação de ativos.
PF	Política de Polícia Judiciária	Operações policiais de combate ao desmatamento	650 operações policiais de combate ao desmatamento até 2027 2024: 120 2025: 270 2026: 450 2027: 650	Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal.
PF	Política de Polícia Judiciária	Tempo médio de duração dos inquéritos de crimes cibernéticos em andamento	510 dias até 2027 2024: 600 2025: 570 2026: 540 2027: 510	Reduzir o tempo médio de duração dos inquéritos de crimes cibernéticos da Polícia Federal para fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes cibernéticos.
PF	Política de Polícia Judiciária	Tempo médio de duração dos inquéritos policiais em andamento	560 dias até 2027 2024: 650 2025: 620 2026: 590 2027: 560	Monitorar o tempo médio de duração dos inquéritos policiais no âmbito da Polícia Federal, promovendo a melhoria da eficiência das investigações, de modo a permitir uma resposta mais rápida e eficaz no combate aos crimes.

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
PF	Política de Polícia Judiciária	Valores efetivamente apreendidos, bloqueados, e/ou sequestrados, assim como aqueles a serem ou potencialmente bloqueados por expressa determinação judicial	R\$ 26 bilhões até 2027 2024: 5 bilhões 2025: 12 bilhões 2026: 18 bilhões 2027: 26 bilhões	Fortalecer a realização de investigações com foco na descapitalização de organizações criminosas.
PF	Política de Polícia Judiciária	Índice de identificação de autoria de crimes cibernéticos	51,75 % de identificação de autoria de crimes cibernéticos até 2027 2024: 51,00 % 2025: 51,25 % 2026: 51,50 % 2027: 51,75 %	Mensurar a eficiência das investigações conduzidas por meio de inquéritos policiais, evidenciando a capacidade de identificar os responsáveis por tais delitos.
PRF	Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais	Comandos de enfrentamento a crimes ambientais realizados	13.578 comandos de enfrentamento a crimes ambientais realizados até 2027 2024: 3.150 2025: 3.308 2026: 3.473 2027: 3.647	Intensificar o enfrentamento a crimes ambientais.
PRF	Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais	Comandos de enfrentamento à criminalidade realizados	316.794 comandos e enfrentamento à criminalidade realizados até 2027 2024: 73.500 2025: 77.175 2026: 81.034 2027: 85.085	Potencializar ações de enfrentamento à criminalidade.
PRF	Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais	Flagrantes interceptados em rodovias federais	287.941 flagrantes interceptados em rodovias federais até 2027 2024: 66.806 2025: 70.146 2026: 73.653 2027: 77.336	Contribuir para o enfrentamento à criminalidade no país.
PRF	Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais	Percentual de eficiência em ações de enfrentamento à criminalidade	47,93% de eficiência em ações de enfrentamento à criminalidade até 2027 2024: 46,52% 2025: 46,99% 2026: 47,46% 2027: 47,93%	Otimizar o policiamento orientado por inteligência.
PRF	Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais	Pessoas alcançadas em ações de garantia e promoção dos direitos humanos	933.849 pessoas alcançadas até 2027 2024: 216.664 2025: 227.497 2026: 238.872 2027: 250.816	Intensificar ações de garantia e promoção dos direitos humanos.
PRF	Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Execução da obra da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal	100% de execução da obra até 2027 2024: 10% 2025: 40% 2026: 75% 2027: 100%	Prover a construção da academia nacional da Polícia Rodoviária Federal.
PRF	Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Índice de adequação da frota da Polícia Rodoviária Federal	100% até 2027 2024: 70% 2025: 80% 2026: 90% 2027: 100%	Prover viaturas quantitativamente e qualitativamente compatíveis com o atendimento da missão institucional da Polícia Rodoviária Federal, reduzindo os custos com manutenção e assegurando maior disponibilidade, conferindo ainda maior segurança e sustentabilidade ambiental.
PRF	Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Percentual de adequação das instalações físicas	70% de adequação das instalações físicas até 2027 2025: 50% 2027: 70%	Manter a qualidade das edificações de forma a aumentar o seu tempo de vida útil, garantindo um local saudável aos servidores e permitindo um melhor atendimento à sociedade.
PRF	Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Percentual de disponibilidade dos sistemas	99% de disponibilidade dos sistemas até 2027 2024: 95% 2025: 97% 2026: 98% 2027: 99%	Sustentar os sistemas e serviços constantes no catálogo de serviços da área de tecnologia.
PRF	Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Percentual de disponibilidade dos sistemas móveis	100% de disponibilidade dos sistemas móveis até 2027 2024: 97% 2025: 98% 2026: 99% 2027: 100%	Garantir a disponibilidade do principal recurso tecnológico operacional do policial.

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
PRF	Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Percentual de implementação do Plano de Modernização Logística	100% de implementação Plano de Modernização Logística até 2027 2024: 50% 2025: 60% 2026: 80% 2027: 100%	Promover a modernização da capacidade logística da Polícia Rodoviária Federal, por meio do estabelecimento e melhoria dos processos logísticos, estrutura, sistemas, efetivo adequado e qualificado.
PRF	Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Percentual de servidores assistidos em ações voltadas à saúde integral	95% dos servidores assistidos em ações voltadas à saúde integral até 2027 2024: 70% 2025: 80% 2026: 90% 2027: 95%	Desenvolver a atenção integral à saúde do servidor a partir da implementação de programas, projetos e ações institucionais voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental dos servidores e colaboradores da Polícia Rodoviária Federal. Avaliação dos dados lançados no sistema de PRF Saúde, coletados no SIAPE, SIAGP, dos programas CAAS e VIDA PRF com dados de atendimentos.
PRF	Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	Percentual de servidores com a comunicação crítica operacional efetiva por meio do radiocomunicação	95% de disponibilidade até 2027 2024: 70% 2025: 80% 2026: 85% 2027: 95%	Aprimorar a comunicação crítica operacional por meio de serviços e tecnologias viáveis.
PRF	Política de Mobilidade nas Rodovias Federais	Interdições realizadas em rodovias federais	3.681 interdição realizadas até 2027 2024: 4.294 2025: 4.079 2026: 3.875 2027: 3.681	Intensificar ações responsivas de promoção da livre circulação.
PRF	Política de Mobilidade nas Rodovias Federais	Percentual de trechos críticos inspecionados	100% dos trechos críticos inspecionados até 2027 2024: 100% 2025: 100% 2026: 100% 2027: 100%	Fomentar ações preventivas de promoção da mobilidade.
PRF	Política de Mobilidade nas Rodovias Federais	Tempo médio de interdições em rodovias federais	56,74 horas de interdições em rodovias federais até 2027 2024: 58,48 2025: 57,89 2026: 57,32 2027: 56,74	Promover a mobilidade nas rodovias federais.
PRF	Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais	Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais	0,29 óbitos por 10 mil veículos até 2027 2024: 0,39 2025: 0,35 2026: 0,32 2027: 0,29	Reduzir a violência no trânsito das rodovias federais.
PRF	Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais	Comandos de segurança viária em trechos críticos de acidentalidade realizados	474.114 comandos de segurança viária em trechos críticos de acidentalidade realizados até 2027 2024: 110.000 2025: 115.500 2026: 121.275 2027: 127.339	Otimizar a fiscalização e o patrulhamento ostensivo.
PRF	Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais	Pessoas alcançadas em ações de educação para o trânsito	9.163.937 pessoas alcançadas em ações de educação para o trânsito até 2027 2024: 2.126.142 2025: 2.232.449 2026: 2.344.071 2027: 2.461.275	Potencializar ações de educação para o trânsito.
PRF	Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais	Tempo de rondas ostensivas em rodovias federais em trechos críticos de acidentalidade	405.169 horas até 2027 2024: 350.000 2025: 367.500 2026: 385.875 2027: 405.169	Otimizar a fiscalização e o patrulhamento ostensivo.
PRF	Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais	Tempo médio de resposta a acidentes de trânsito em rodovias federais	28,26 minutos até 2027 2024: 29,13 2025: 28,84 2026: 28,55 2027: 28,26	Aprimorar o atendimento de acidentes de trânsito.
SAJU	Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos	Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos	100% dos estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos até 2027 2024: 25% 2025: 50% 2026: 75% 2027: 100%	Criar políticas de justiça para alcançar o atendimento da população em todos os estados do Brasil, com serviços de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos, especialmente nas cidades com maior índice de violência.

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
SAJU	Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos	Bolsas universitária concedidas em pactuação de extensão	960 bolsas universitárias concedidas até 2027 2024: 240 2025: 480 2026: 720 2027: 960	Incentivar a participação de estudantes e da sociedade civil na promoção da inclusão social, promover o desenvolvimento acadêmico e a formação cidadã. Busca-se mensurar o impacto da política pública por meio da quantidade de bolsas concedidas.
SAJU	Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos	Estabelecimentos prisionais atendidos	24 estabelecimentos prisionais atendidos até 2027 2024: 6 2025: 12 2026: 18 2027: 24	Apoio a projetos de extensão universitária ou criação de novos projetos que visem melhorar a qualidade da alimentação das pessoas privadas de liberdade bem como facilitar o acesso ao trabalho digno, à saúde e a informações sobre a execução de sua pena.
SAJU	Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos	Polos de atendimento das defensorias implantados	80 polos de atendimento das defensorias implantados até 2027 2024: 20 2025: 40 2026: 60 2027: 80	Quantificar e acompanhar o progresso da implementação da política de expansão dos serviços de assistência jurídica, visando garantir a disponibilidade e acessibilidade dos serviços da defensoria pública em diferentes regiões, promovendo o acesso à justiça e a igualdade de oportunidades àqueles que acessam esse serviço.
SENACON	Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	Capacitações ofertadas aos Procons no sistema ProConsumidor	20 capacitações ofertadas no Sistema ProConsumidor até 2027 2024: 05 2025: 10 2026: 15 2027: 20	Ampliar a quantidade de cursos aos colaboradores dos Procons no Sistema Proconsumidor.
SENACON	Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	Empresas cadastradas no Consumidor.gov.br	1.662 de empresas cadastradas até 2027 2024: 1.396 2025: 1.479 2026: 1.568 2027: 1.662	Ampliar o número de empresas cadastradas na plataforma consumidor.gov.
SENACON	Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	Índice de Procons integrados ao ProConsumidor	12% dos Procons integrados ao ProConsumidor até 2027 2024: 3% 2025: 6% 2026: 9% 2027: 12%	Ampliar a quantidade de Procons integrados ao Sistema Proconsumidor.
SENACON	Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br	85% de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br até 2027 2024: 78% 2025: 80% 2026: 85% 2027: 85%	Identificar o percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br.
SENACON	Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor	140.000 vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor até 2027 2024: 35.000 2025: 35.000 2026: 35.000 2027: 35.000	Mensurar o quantitativo de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor.
SENACON	Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual	Ações de combate à pirataria do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual	78 ações de combate à pirataria até 2027 2024: 21 2025: 19 2026: 19 2027: 19	-
SENACON	Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos	Percentual de execução dos projetos celebrados	90% de execução dos projetos celebrados até 2027 2024: 90% 2025: 90% 2026: 90% 2027: 90%	Garantir a execução dos projetos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD.
SENACON	Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos	Percentual de execução orçamentária do Fundo de Defesa de Direitos Difusos	90% de execução orçamentária até 2027 2024: 90% 2025: 90% 2026: 90% 2027: 90%	Garantir a execução dos projetos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD.
SENACON	Política de Regulação e Fiscalização de Consumo	Monitoramento do mercado de consumo realizados	120 procedimentos de monitoramento do mercado consumidor realizados até 2027 2024: 30 2025: 30 2026: 30 2027: 30	Avaliar o teor de efetividade voltada ao conjunto de ações preventivas em prol da saúde e segurança dos consumidores incluindo dois tipos de procedimentos: investigações à luz do artigo 2º da Portaria MJSP nº 618/2019 e procedimentos de monitoramento de mercado de consumo <i>ex officio</i> .

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
SENACON	Política de Regulação e Fiscalização de Consumo	Recalls instaurados	280 Recalls instaurados até 2027 2024: 70 2025: 70 2026: 70 2027: 70	Avaliar o teor de efetividade voltada ao processo de monitoramento constante dos procedimentos de recalls.
SENACON	Política de Regulação e Fiscalização de Consumo	Reuniões de aprimoramento do procedimento de recall	40 reuniões de aprimoramento do procedimento de recall até 2027 2024: 10 2025: 10 2026: 10 2027: 10	Avaliar o teor de efetividade voltada ao processo de aprimoramento constante dos procedimentos de recalls.
SENAD	Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos	Ativos alienados, incorporados ou doados	16.600 ativos alienados, incorporados ou doados até 2027 2024: 4.000 2025: 4.100 2026: 4.200 2027: 4.300	Acompanhar a evolução de ativos alienados, incorporados ou doados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, de forma a contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública.
SENAD	Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos	Atores estratégicos capacitados sobre gestão de ativos	350 atores estratégicos capacitados sobre gestão de ativos até 2027 2024: 50 2025: 75 2026: 100 2027: 125	Ações de sensibilização de atores estratégicos tais como Polícias, Judiciário, Ministério Público, Leiloeiros, Servidores de Departamentos de Trânsito e Estradas, para estímulo e qualificação da apreensão e gestão de ativos.
SENAD	Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos	Percentual de ativos destinados	64% de ativos destinados até 2027 2024: 55% 2025: 58% 2026: 60% 2027: 64%	Acompanhar a evolução do percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, com o objetivo de contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública.
SENAD	Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos	Receita da gestão de ativos	R\$ 975 milhões de receita da gestão de ativos até 2027 2024: R\$ 200 milhões 2025: R\$ 225 milhões 2026: R\$ 250 milhões 2027: R\$ 300 milhões	Apresentar a visão global da evolução dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas, bem como da evolução das receitas recolhidas a outras contas, decorrentes da gestão de ativos promovida pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos.
SENAD	Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis	Estudos e pesquisas de política sobre drogas publicados	24 estudos e pesquisas de política sobre drogas publicados até 2027 2024: 9 2025: 17 2026: 21 2027: 24	Realizar estudos e pesquisas voltadas para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas.
SENAD	Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis	Municípios com programas de prevenção ao uso problemático de álcool e outras drogas implementados	200 municípios com programas implementados até 2027 2024: 50 2025: 100 2026: 163 2027: 200	Implantar, disseminar, monitorar e avaliar os seguintes sistemas e programas de prevenção ao uso de drogas e à violência, validados cientificamente: - Programa Famílias Fortes - Programa Elos - Construindo Coletivos - Programa #Tamojunto - Comunidades que Cuidam
SENAD	Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis	Pessoas capacitadas em eventos para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas	36.000 pessoas capacitadas em eventos para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas até 2027 2024: 9.000 2025: 18.000 2026: 27.000 2027: 36.000	Realizar capacitações, formações, eventos presenciais e virtuais, e outras ações de ensino-aprendizagem voltadas para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas.
SENAD	Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis	Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados	40 projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados até 2027 2024: 10 2025: 10 2026: 10 2027: 10	Apoiar projetos propostos pela sociedade civil relacionados à política sobre drogas por meio de financiamento.
SENAD	Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis	Territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis	40 territórios impactados com as estratégias de política sobre drogas para grupos vulneráveis até 2027 2024: 10 2025: 10 2026: 10 2027: 10	Fomentar estratégias de acesso a direitos para grupos de pessoas e de territórios vulnerabilizados no âmbito da política sobre drogas.

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
SENAJUS	Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação Indicativa	Percentual de obras analisadas em relação ao número de processos completos inscritos	100% de obras analisadas, por ano, até 2027 2024: 100% 2025: 100% 2026: 100% 2027: 100%	Mensurar a eficiência da área ao se considerar o processos inscritos e a capacidade potencial de análise, medida pelo percentual de obras analisadas.
SENAJUS	Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação Indicativa	Obras analisadas no International Age Rating Coalition - IARC	4.950 obras analisadas até 2027 2024: 4.800 2025: 4.850 2026: 4.900 2027: 4.950	O processo de classificação indicativa no Brasil considera a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia à criança e ao adolescente dos direitos à educação, ao lazer, à cultura, ao respeito e à dignidade. Essa política pública consiste em indicar a faixa etária a que não se recomenda determinado produto audiovisual ou espetáculo público, no intuito de informar aos pais ou responsáveis, garantindo-lhes o direito de escolha.
SENAJUS	Política de Cooperação Jurídica Internacional	Agentes públicos capacitados por meio do programa Grotius Brasil	800 agentes públicos capacitados por meio do programa Grotius Brasil até 2027 2024: 200 2025: 200 2026: 200 2027: 200	Qualificar a atuação dos órgãos públicos na temática cooperação jurídica internacional, por meio do programa Grotius Brasil.
SENAJUS	Política de Cooperação Jurídica Internacional	Percentual de conciliações realizadas em pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria de subtração internacional de crianças e adolescentes	35% das conciliações realizadas em pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria de subtração internacional de crianças e adolescente até 2027 2024: 20% 2025: 25% 2026: 30% 2027: 35%	Diminuir a judicialização de processos de subtração internacional de crianças e adolescentes.
SENAJUS	Política de Cooperação Jurídica Internacional	Percentual de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados	86% de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados até 2027 2024: 80% 2025: 82% 2026: 84% 2027: 86%	Promover a ampliação da análise processual com segurança jurídica dos pedidos de cooperação jurídica internacional.
SENAJUS	Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	Ações realizadas voltadas à implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	40 ações realizadas voltadas à implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas até 2027 2024: 10 2025: 10 2026: 10 2027: 10	Traduzir, por meio da quantidade de ações, o nível de articulação no âmbito da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - ETP.
SENAJUS	Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	Agentes públicos capacitados por meio do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	15.100 agentes públicos capacitados por meio do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro até 2027 2024: 3.600 2025: 3.700 2026: 3.800 2027: 4.000	Agentes públicos capacitados por meio do programa Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - PNLD. O PNLD tem por objetivo capacitar agentes públicos de todo o Brasil e disseminar a cultura de prevenção a esses crimes. O Programa integra e alcança órgãos de todos os Poderes e também de todas as esferas federativas.
SENAJUS	Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	Percentual de estatísticas consolidada das análises realizadas pelos Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro de órgãos de persecução criminal	75% de estatísticas consolidada até 2027 2024: 60% 2025: 65% 2026: 70% 2027: 75%	Acompanhar a evolução da produção de trabalhos realizados pelos Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD. A nova matriz estatística da REDE-LAB foi desenvolvida em 2022 e está em fase de aprimoramento e consolidação. Tem por objetivo produzir conhecimento, a partir dos trabalhos (análises) dos LAB-LD, sobre o combate à lavagem de dinheiro no Brasil.
SENAJUS	Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	Percentual de execução das ações aprovadas na plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	85% de execução das ações aprovadas ENCCLA até 2027 2024: 70% 2025: 75% 2026: 80% 2027: 85%	A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro é a principal rede de articulação institucional brasileira para o arranjo, discussões, formulação e concretização de políticas públicas e soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro. Atualmente é composta por aproximadamente 90 instituições públicas - pertencentes aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o Ministério Público, abrangendo também as esferas federal, estadual e, em alguns casos, até mesmo municipal - e entidades. O grande diferencial da ENCCLA está ancorado em sua forma de atuação. Desde a sua implementação, a Estratégia está consolidada em três pilares fundamentais: (i) engajamento de alto nível dos órgãos participantes; (ii) construção coletiva de soluções - com a participação de múltiplos especialistas nas temáticas abordadas; (iii) metodologia de decisões baseadas em consenso. Os principais resultados práticos desta articulação institucional aforam como medidas de concretização de políticas públicas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, seja por meio de proposições normativas, de aprimoramento de estruturas administrativas e de fluxo de informações, da formulação de guias, diagnósticos e também programas de treinamento e capacitação, além da divulgação e implementação de boas práticas no serviço público entre outras medidas que efetivamente contribuem para a melhoria do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
SENAJUS	Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	Percentual de órgãos e entidades que participam das atividades promovidas pelas Redes de Articulação para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	85% dos órgãos e entidades que participam das atividades da Redes de Articulação para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro até 2027 2024: 70% 2025: 75% 2026: 80% 2027: 85%	Acompanhar o percentual de órgãos e entidades que participam das atividades promovidas pelas Redes de articulação para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, considerando o número total de órgãos e entidades que integram as redes.
SENAJUS	Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas	Percentual de migrantes, refugiados e apátridas atendidos	91% de migrantes, refugiados e apátridas atendidos até 2027 2024: 88% 2025: 89% 2026: 90% 2027: 91%	Indicar a atuação do Departamento de Migrações - DEMIG a partir da identificação dos processos decididos, tendo como base percentual (75%) de processos analisados no ano de 2022.
SENAJUS	Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas	Percentual de processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos	98% dos processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos até 2027 2024: 95% 2025: 96% 2026: 97% 2027: 98%	Medir a quantidade de solicitações de autorização de residência decididas.
SENAJUS	Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas	Percentual de processos de expulsão decididos	50% de processos de expulsão decididos até 2027 2024: 50% 2025: 50% 2026: 50% 2027: 50%	Monitorar o processamento processos de expulsão.
SENAJUS	Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas	Percentual de processos de naturalização decididos	81% dos processos de naturalização decididos até 2027 2024: 78% 2025: 79% 2026: 80% 2027: 81%	Monitorar o desempenho da unidade em relação à análise e à decisão de processos de naturalização, buscando o aumento de sua eficiência.
SENAJUS	Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas	Percentual de processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos	90% dos processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos até 2027 2024: 87% 2025: 88% 2026: 89% 2027: 90%	Mensurar os pedidos de reconhecimento da condição de refugiado finalizados, demonstrando a capacidade de trabalho do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare.
SENAJUS	Política de Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Estrangeiras	Percentual de entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	100% entidades qualificadas até 2027 2024: 100% 2025: 100% 2026: 100% 2027: 100%	Verificar o desempenho da equipe no processo de análise dos pedidos de credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como OSCIP.
SENAPPEN	Política de Assistência Social no Sistema Penal	Parcerias realizadas com outros órgãos públicos ou privados	40 parcerias até o final de 2027 2024: 10 2025: 10 2026: 10 2027: 10	Realizar a articulação institucional da SENAPPEN com a Secretaria Nacional de Assistência Social, Conselho Nacional de Assistência Social e Conselhos Profissionais e permitir estrutura adequada e encaminhamentos necessários na garantia da assistência e do acesso aos direitos da pessoa vítima de crime.
SENAPPEN	Política de Assistência Social no Sistema Penal	Unidades prisionais aparelhadas com espaços voltados à Assistência Social no Sistema Penal	20 unidades aparelhadas até 2027 2024: 5 2025: 5 2026: 5 2027: 5	Garantir espaços adequados, com equipes técnicas e aparelhamento para prestação de assistência social.
SENAPPEN	Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional	Pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional	29.282 pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional até 2027 2024: 22.000 2025: 24.200 2026: 26.620 2027: 29.282	Aferir o número de pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, provendo acesso às redes de apoio de serviços públicos.
SENAPPEN	Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional	Serviços especializados implantados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional e familiares	183 serviços especializados implantados até 2027 2024: 138 2025: 153 2026: 168 2027: 183	Aferir a ampliação dos serviços para as pessoa egressa do sistema prisional e familiares.

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
SENAPPEN	Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal	Campanhas de saúde para os servidores do Sistema Penitenciário Federal realizadas	96 campanhas de saúde realizadas até o final de 2027 2024:24 2025:24 2026:24 2027:24	Promover saúde, disseminar informações pertinentes à saúde, com foco na sensibilização e incentivo para atitudes de autocuidado.
SENAPPEN	Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal	Núcleos de atenção ao servidor penitenciário constituídos	24 núcleos de atenção ao servidor penitenciário constituídos até 2027 2024: 6 2025: 6 2026: 6 2027: 6	Fomentar a Política de Atenção ao Servidor Penitenciário.
SENAPPEN	Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal	Pessoas privadas de liberdade atendidas nas ações de cidadania	18.000 pessoas atendidas nas ações de cidadania até 2027 2024: 4.500 2025: 4.500 2026: 4.500 2027: 4.500	Ofertar atendimentos de saúde para as pessoas privadas de liberdade.
SENAPPEN	Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade	Atividades educacionais complementares realizadas	2.000.000 atividades educacionais complementares realizadas até 2027 2024: 1.200.000 2025: 1.500.000 2026: 1.700.000 2027: 2.000.000	Aferir a quantidade de participações em atividades educacionais complementares para as pessoas privadas de liberdade, contemplando atividades culturais, esportivas, de leitura.
SENAPPEN	Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade	Percentual de pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal	34% das pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal até 2027 2024: 22% 2025: 26% 2026: 30% 2027: 34%	Mensurar a oferta educacional formal, com objetivo de elevar a escolaridade das pessoas privadas de liberdade e de qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.
SENAPPEN	Política de Enfrentamento ao Superencarceramento	Pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais	145.000 pessoas em alternativas penais atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais até 2027 2024: 100.000 2025: 115.500 2026: 130.000 2027: 145.000	Aumentar a capacidade de atendimento a decisões judiciais de alternativas penais, fomentando a implantação de centrais integradas de alternativas penais para a ampliação do atendimento e do acompanhamento de pessoas submetidas a formas de responsabilização diversas da privação da liberdade.
SENAPPEN	Política de Enfrentamento ao Superencarceramento	Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada - APEC implementados	32 serviços de atendimento à pessoa custodiada implementados até 2027 2024: 17 2025: 22 2026: 27 2027: 32	Fomentar a capilaridade e a implantação dos Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada, composto pelo atendimento social prévio e posterior à audiência de custódia, situado no âmbito da Política Nacional de Alternativas Penais.
SENAPPEN	Política de Fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal	Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal aparelhadas	30 Ouvidorias e Corregedorias aparelhadas até 2027 2024: 24 2025: 26 2026: 28 2027: 30	Atender necessidades das ouvidorias e corregedorias do sistema penal.
SENAPPEN	Política de Fortalecimento do Sistema Penal	Operações realizadas pela Força Penal Nacional	12 operações realizadas pela Força Penal Nacional até 2027 2024: 3 2025: 6 2026: 9 2027: 12	Atuar em cooperação com a gestão de estabelecimentos penais, apoiando as atividades administrativas, assistenciais, gerenciais e de treinamento e capacitação do sistema penitenciário, assim como as situações de grave crise, utilizando-se de ações técnicas e operacionais especializadas, voltadas à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público.
SENAPPEN	Política de Fortalecimento do Sistema Penal	Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores da execução penal	30.000 vagas preenchidas em capacitações até 2027 2024: 22.500 2025: 25.000 2026: 27.500 2027: 30.000	Qualificar os servidores da execução penal considerando mais adequada atuação profissional em consonância com os principais normativos vigentes.
SENAPPEN	Política de Fortalecimento do Sistema Penal	Geração de vagas prisionais	40 mil vagas prisionais geradas até 2027 2024: 10 mil 2025: 10 mil 2026: 10 mil 2027: 10 mil	Ampliar o número de vagas no sistema prisional.
SENAPPEN	Política de Fortalecimento do Sistema Penal	Percentual de cumprimento das decisões expedidas pelo juiz para incluir presos no Sistema Penitenciário Federal	100% de decisões cumpridas expedidas pelo juiz para incluir presos no Sistema Penitenciário Federal até 2027 2024: 100% 2025: 100% 2026: 100% 2027: 100%	Atuar no isolamento de presos que exerça liderança e/ou influência das organizações criminosas.

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
SENAPPEN	Política de Fortalecimento do Sistema Penal	Vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal	32.000 vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas aos servidores de execução penal até 2027 2024: 8.000 2025: 16.000 2026: 24.000 2027: 32.000	Qualificar os servidores da execução penal, considerando mais adequada a atuação profissional em consonância com os principais normativos vigentes.
SENAPPEN	Política de Trabalho no Sistema Penal	Pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais	182.000 pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais até 2027 2024: 166.000 2025: 171.000 2026: 176.000 2027: 182.000	Estruturar políticas penais que possibilitem a reintegração social de pessoas privadas de liberdade.
SENASP	Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública	Profissionais do Sistema Único de Segurança Pública capacitados	500.000 profissionais do Sistema Único de Segurança Pública capacitados até 2027 2024: 65.000 2025: 102.000 2026: 145.000 2027: 188.000	Mensurar o quantitativo de profissionais do Sistema Único de Segurança Pública capacitados.
SENASP	Política de Enfrentamento das Organizações Criminosas	Ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas	1.960 ações integradas entre instituições de segurança pública com foco no enfrentamento às organizações criminosas até 2027 2024: 460 2025: 480 2026: 500 2027: 520	Mensurar a quantidade e a efetividade das ações integradas entre instituições de segurança pública, com foco no enfrentamento às organizações criminosas.
SENASP	Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta	Unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos	50 unidades de perícia integradas aos bancos de dados de análise balística e de perfis genéticos até 2027 2024: 44 2025: 46 2026: 48 2027: 50	Integrar as unidades de perícia aos bancos de dados do Sistema de Análise Balística - SINAB e do Combined DNA Index System - CODIS (Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos - RIBPG).
SENASP	Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta	Taxa de mortes violentas intencionais	21,30 vítimas de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes até 2027 2024: 21,95 2025: 21,73 2026: 21,52 2027: 21,30	Acompanhar o impacto das ações de enfrentamento da criminalidade violenta frente às ocorrências de mortes violentas intencionais.
SENASP	Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública	Instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, que aderiram aos sistemas nacionais de segurança pública	7.303 instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP que aderiram aos sistemas nacionais de segurança pública até 2027 2024: 6.685 2025: 6.885 2026: 7.091 2027: 7.303	Os sistemas nacionais de segurança pública funcionam como um canal de integração das instituições que compõem o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP. São disponibilizados pelo Governo Federal para acesso não apenas dos Estados, mas também dos municípios. Por meio deles é possível obter dados e informações que contribuem na formulação de conhecimento para embasar a tomada de decisão dos gestores.
SENASP	Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública	Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional	300 itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional até 2027 2024: 90 2025: 180 2026: 270 2027: 300	Mensurar a quantidade de itens disponibilizados em atas de registros de preços aos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.
SENASP	Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã	Índice de percepção do risco de vitimização	26% de percepção do risco de vitimização até 2027 2024: 32% 2025: 28% 2026: 27% 2027: 26%	Compreender o fenômeno social da violência e seus efeitos, buscando não apenas mitigá-los, mas também provocar uma mudança cultural.
SENASP	Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã	Equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados	40 equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres estruturados até 2027 2024: 3 2025: 16 2026: 28 2027: 40	Construir e equipar capitais para o serviço especializado no acolhimento de mulheres e meninas em situação de violência.

Unidade	Política	Indicador	Meta	Finalidade
SENASP	Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã	Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados	60 Centros Comunitários pela Vida construídos ou apoiados até 2027 2024: 10 2025: 30 2026: 50 2027: 60	Construir e equipar Centros Comunitários pela Vida, nas capitais e municípios com taxas de homicídios elevados, de acordo com a implementação do projeto.
SENASP	Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública	Profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica	3.500 profissionais de segurança pública atendidos por assistência psicológica até 2027 2024: 500 2025: 1.000 2026: 1.000 2027: 1.000	Ofertar serviço de atendimentos psicológicos, buscando minimizar o adoecimento dos profissionais, bem como colaborar com a diminuição dos afastamentos em decorrência de patologias mentais e/ou comportamentais.
SENASP	Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública	Profissionais de segurança pública aptos que receberam a Bolsa-Formação	106.139 profissionais de segurança pública aptos que receberam a Bolsa-Formação até 2027 2024: 94.444 2025: 100.696 2026: 103.394 2027: 106.139	Os profissionais de segurança pública aptos são aqueles que atendem os requisitos previstos no Art. 7º do Decreto 11.436/2023. Art. 7º Para participar de curso ofertado pelo Projeto Bolsa-Formação, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos: I - perceber remuneração mensal bruta de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); II - atender aos critérios de elegibilidade específicos de curso ofertado pelo Projeto Bolsa-Formação, estipulados nos termos do ato referido no art. 12; III - não ter sido condenado pela prática de infração administrativa de natureza grave, nos últimos cinco anos; IV - não possuir condenação penal nos últimos cinco anos; V - pertencer a corporação de ente federado que tenha assinado termo de adesão, nos termos do disposto nos art. 4º e art. 5º; VI - frequentar, a cada doze meses, ao menos um dos cursos de que trata o inciso II do caput, observado o limite máximo de três.
SENASP	Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública	Profissionais de segurança pública beneficiados com o Habite Seguro	11.305 profissionais de segurança pública beneficiados com o Habite Seguro até 2027 2024: 1.992 2025: 5.015 2026: 8.119 2027: 11.305	Profissionais de segurança Pública beneficiados de acordo com as regras do programa Habite Seguro.
SENASP	Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública	Registro de suicídios de profissionais de segurança pública	104 registros de suicídios de profissionais de segurança pública até 2027 2024: 119 2025: 114 2026: 109 2027: 104	Total de registros de suicídios de profissionais de segurança pública por ano.